

# **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE E ORGANIZAÇÕES MODERNAS: CRITICANDO A MERITOCRACIA**

**Diogo Henrique Helal<sup>1</sup>**

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [diogohh@yahoo.com.br](mailto:diogohh@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

Apresenta-se uma reflexão teórica sobre o papel da educação formal na sociedade e organizações modernas. Mostra-se, inicialmente, a relação intrínseca entre o modelo burocrático e a modernidade. Em seguida, destaca-se o entendimento dos teóricos da estratificação social sobre a temática (da visão clássica – Marx e Weber – à contemporânea – a partir de Parsons). Discute-se também a leitura que Parsons fez da teoria weberiana, que levou à proposição da chamada hipótese meritocrática - sistemas de estratificação social caminham, em decorrência dos processos de modernização, para estruturas mais permeáveis, com menores níveis de transmissão intergeracional do status. São apresentadas críticas a esta hipótese, questionando o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais. Tais críticas, baseadas na perspectiva da reprodução social, no credencialismo, na concepção da educação como uma instituição, e na teoria do capital social, ressaltam o fato de que atributos ligados à família e à origem social não têm perdido importância na sociedade moderna. Tal conclusão mostra que outros elementos, que não apenas aqueles ligados ao esforço próprio e ao mérito (educação) são relevantes nas organizações.

**Palavras-chave:** Meritocracia, Educação, Modernidade, Organizações, Burocracia.

## **THE ROLE OF EDUCATION IN THE SOCIETY AND MODERN ORGANIZATIONS: CRITICIZING THE MERITOCRACY**

### **ABSTRACT**

This article presents a theoretical reflection on the role of the formal education in the society and modern organizations. It reveals, initially, the intrinsic relation between the bureaucratic model and modernity. After that, it shows the understanding of the social stratification theories on the thematic (to the classic - Marx and Weber – for the contemporary vision - since Parsons). This paper presents the reading that Parsons made of the weberian theory, that took to the meritocratic hypothesis - social stratification systems walk, in result of the modernization processes, for permeable structures, with lesser levels of intergenerational status transmission. They are presented critical to this hypothesis, questioning the role of education as equaliser of social opportunities. Such critical ones, based in the perspective of the social reproduction, credentialism, conception of the education as an institution, and in the theory of social capital, stand out the fact of that family and social origin attributes do not have lost importance in the modern society. Such conclusion shows that other elements, that not only those related to the individual effort and the merit (e.g. education) are important in the organizations.

**Word-keys:** Meritocracy, Education, Modernity, Organizations, and Bureaucracy.

## 1 INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é apresentar uma reflexão teórica sobre o papel da educação formal na sociedade e organizações modernas. Para tanto, mostra inicialmente a relação intrínseca entre o modelo burocrático e a modernidade, destacando também as principais características da burocracia (meritocracia e credencialismo). Destaca-se que tal debate é comum na sociologia e pouco usual na Administração. Há, assim, a intenção de contribuir, de modo interdisciplinar, para a compreensão da temática nos estudos organizacionais.

O artigo, na sua parte inicial, além de mostrar a relação entre o modelo burocrático e a modernidade, apresenta o entendimento dos teóricos da estratificação social sobre a temática. O trabalho destaca que uma parte significativa das teorias de estratificação social contemporâneas foi fortemente influenciada pela leitura funcionalista que Parsons fez da teoria weberiana. Tal leitura americana da obra de Weber, adicionada a uma fundamentação teórica a respeito da estrutura ocupacional calcada na teoria da divisão do trabalho de Durkheim, levou à proposição da chamada *hipótese meritocrática*, a qual propõe que os sistemas de estratificação social caminham – em decorrência dos processos de modernização – para estruturas mais permeáveis, com menores graus de cristalização, maior mobilidade circular e menores níveis de transmissão intergeracional do status. Esse fenômeno teria levado a uma redução do efeito – no processo de estratificação social e ocupacional – de variáveis relacionadas à origem socioeconômica, a aspectos de status atribuído, e à elevação do efeito de variáveis relacionadas às realizações individuais (status adquirido).

No bojo de tal debate, este artigo apresenta a visão da sociologia contemporânea sobre os fenômenos de estratificação social, com destaque à abordagem funcionalista. A seguir, o trabalho ressalta a leitura funcionalista, acerca do tema, da teoria weberiana. Discute ainda os fundamentos teóricos da hipótese meritocrática.

A seguir, apresenta algumas críticas à hipótese meritocrática, que questionam o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais. Convém lembrar que as organizações têm compartilhado com a abordagem funcionalista esta compreensão acerca do papel da educação. É freqüente o discurso nas organizações que estimula os funcionários a investirem em educação formal, uma vez que, por meio dela, o empregado pode ocupar cargos mais elevados, obter salários maiores. Ao se definir como meritocrática, a organização moderna deseja mostrar uma igualdade de oportunidades, e enfatizar uma ideologia – a meritocracia - que privilegia o esforço individual.

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE O ORGANIZAÇÕES MODERNAS: CRITICANDO A MERITOCRACIA

Os autores que questionam o papel da educação previsto na abordagem funcionalista destacam que a expansão da educação tem servido para perpetuar e promover a desigualdade social. Os teóricos da reprodução social vêem o modelo de expansão educacional como um processo que serve para excluir membros das classes sociais inferiores de posições ocupacionais desejadas. Acerca do credencialismo, o artigo cuidadosamente divide a crítica em duas partes: as neomarxistas e neoweberianas. Ainda sobre o papel das credenciais educacionais, este trabalho apresenta uma outra visão que trata tais credenciais como elemento político – justificam a autoridade da gerência no modelo burocrático.

O artigo avança nas críticas à hipótese meritocrática ao apresentar autores que concebem a educação como uma instituição. Para tais estudiosos, a educação cria as crenças necessárias para a legitimidade da tradição ocidental de racionalidade e individualismo. A educação, neste sentido, “cria” novos cidadãos para uma nova sociedade e “cria” também uma estrutura meritocrática. As escolas, segundo tal visão, são organizações rituais que criam um conjunto de crenças dadas como certas (*taken for granted*) acerca do poder da educação.

Continuando a crítica, este artigo destaca que a educação também pode ser vista como algo que desenvolve respostas comportamentais nos indivíduos que contribuem para o disciplinamento dos trabalhadores e, portanto, são valiosas para os empregadores, dada a assimetria de informações entre as partes. Assim, os empregadores tendem a utilizar a credencial educacional como um indicador de seleção entre os candidatos.

Ainda é possível destacar mais uma perspectiva teórica que demonstra a fraqueza da hipótese meritocrática. Trata-se da teoria do capital social. O artigo, além de apresentar os fundamentos desta teoria, destaca a existência de alguns estudos que comprovam a importância deste capital no processo de alocação de status na sociedade e organizações.

Todas estas críticas sobre a hipótese meritocrática aqui apresentadas vêm destacar a importância de elementos ligados à origem do indivíduo e ao contexto social no processo de estratificação social e ocupacional. Tal conclusão vem a enriquecer sobremaneira o debate teórico presente na sociologia econômica e em alguns estudos organizacionais sobre a natureza inserida (*embedded nature*) do processo econômico e da organização como um todo.

## **2 BUROCRACIA E MODERNIDADE**

O desenvolvimento econômico da fase industrial da sociedade ocidental esteve centrado nos progressos da tecnologia e na organização social do processo produtivo, através do modelo burocrático. O advento da modernidade testemunhou a invasão da burocracia, cuja

difusão tornou-se inevitável em face da sua superioridade técnica, por comparação com as restantes formas de organização. “A difusão da burocracia, tanto particular quanto pública, tem sido um sinal distintivo da última fase de modernização” (PARSONS, 1974, p.127).

Este modelo tomou proporções exageradas, principalmente a partir da segunda Guerra Mundial, por causa da associação entre a racionalidade e a eficiência, através de um número restrito e delimitado de formas organizacionais. Clegg (1998) mostra que o mundo moderno era, por definição, uma época de incerteza quer o sistema político fosse totalitário ou democrático, quer a economia fosse socialista ou capitalista. Tal incerteza seria limitada pelo cálculo racional, princípio intensificado pelo modelo burocrático.

Weber (1974) analisou a burocracia na obra *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade), destacando as seguintes características:

*Princípio das atribuições oficiais:* Compreende alto grau de especialização e uma bem definida divisão do trabalho entre funcionários. As atribuições são estabelecidas e ordenadas por meio de normas e regulamentos;

*Princípio da hierarquia funcional:* É um sistema racionalmente organizado de mando e subordinação, mediante um controle dos inferiores pelos superiores;

*Uniformidade na organização das tarefas:* A administração baseia-se num conjunto específico de regras para a tomada de decisões. A administração utiliza-se de documentos escritos e de um corpo de funcionários;

*Formação profissional:* A atividade burocrática exige uma formação profissional consciente. O recrutamento de funcionários efetiva-se com base no conhecimento técnico e perícia, estabelecendo um plano de carreira;

*Eficiência dos funcionários:* A organização exige eficiência dos funcionários, estando determinado também o tempo que eles estão obrigados a permanecer no local de trabalho cumprindo com os deveres;

Normas gerais determinadas regem o desempenho das atividades dos funcionários.

Essas características fazem da burocracia, segundo Castro (2002, p.124), “o mais eficiente método para realização de importantes tarefas coordenadas e realizadas”. Salienta-se, com a finalidade de aprofundar a discussão aqui proposta, uma delas - formação profissional.

Diversos autores destacam a importância da formação profissional na sociedade moderna. Parsons (1974, p.36) diz que “o desenvolvimento da organização burocrática exige que a forma significativa do cargo seja um papel *profissional*, e que o ocupante seja indicado por algum tipo de contrato de emprego”. Weber (1971, p.277), por sua vez, acredita que “a

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE O ORGANIZAÇÕES MODERNAS: CRITICANDO A MERITOCRACIA

burocratização de todo o domínio promove, de forma muito intensa, o desenvolvimento de uma ‘objetividade racional’ e do tipo de personalidade do perito profissional”, afetando a natureza do treinamento e da educação.

Clegg (1998) destaca outro ponto importante, relativo aos processos de burocratização, caracterizando-os como mecanismos condutores à meritocratização. Dentro deste processo, o autor destaca como uma das tendências da burocracia, a credencialização:

como os funcionários são seleccionados com base num contrato que especifica as qualidades exigidas pelo trabalho, há uma tendência para a especificação das qualidades em termos de qualificações medidas por diplomas formais: as organizações apresentam, assim, uma tendência para a *credencialização* (CLEGG, 1998, p.45).

Percebe-se, portanto, que a questão educacional e as credenciais possuem destacada importância no contexto moderno, meritocrático. “A educação é um fator muito importante no sistema geral de estratificação, tanto nas sociedades socialistas quanto nas sociedades de livre empresa do sistema moderno” (PARSONS, 1974, p.120). “As instituições educacionais do continente europeu, especialmente as de instrução superior (...) são dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de ‘educação’ que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna” (WEBER, 1971, p.277). Analisar como se dá a importância desses títulos educacionais na modernidade mostra-se, deste modo, bastante pertinente.

### 3 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: A VISÃO CLÁSSICA

Estrutura e estratificação social são temas recorrentes na sociologia, desde os clássicos. Resumidamente tem-se que a abordagem marxista trata a diferenciação social como algo dado basicamente em termos econômicos, reconhecendo a estrutura social como polarizada entre capitalistas e trabalhadores engajados numa relação de exploração. Trata-se de uma visão unidimensional, caracterizada pela presença do conflito de interesses entre duas classes antagônicas. A abordagem weberiana, por sua vez, acredita que os fatores econômicos são também importantes, contudo as idéias e os valores têm exatamente o mesmo impacto na mudança social. Diferentemente da marxista, a tradição weberiana distingue as classes por meio das oportunidades de vida, determinadas pelas posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado. A conclusão tomada com base nesta abordagem teórica é a de que as classes são formadas por aqueles indivíduos que partilham a mesma situação de mercado. A

teoria weberiana reconhece várias formas de diferenciação social, que podem estar baseadas em status, prestígio e outros fatores adscritos, tais como etnia, sexo, etc. Weber (1971), diferentemente de Marx, trata a estratificação social como fenômenos multidimensionais, o que permite estudar e analisar a complexidade e fragmentação da estrutura social contemporânea, permitindo, inclusive lidar com situações contraditórias como a vivida pela classe de gerentes e administradores. Entende-se que a teoria de Marx não dava conta da complexidade da articulação entre economia, cultura e política. A abordagem weberiana acerca da estrutura e estratificação sociais trouxe conceitos como os de associação, comunidade, status e partido, que procuravam, justamente, tornar analiticamente separáveis, e historicamente contingentes, a estrutura social como um todo, bem como suas diferentes esferas – a economia, o poder e o prestígio social. Oportuno ressaltar que embora reconhecesse a existência das estruturas sociais (classes, partidos, grupos de status), Weber sustentava que essas estruturas foram criadas através de ações sociais de indivíduos.

Para Weber (1974) as divisões de classe originam-se não apenas no controle ou na falta de controle dos meios de produção, mas em diferenças econômicas que não possuem relação direta com a propriedade. Tais recursos incluem as aptidões e as credenciais educacionais, que influenciam no tipo de emprego que as pessoas são capazes de conseguir.

#### **4 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: A VISÃO CONTEMPORÂNEA**

A sociologia contemporânea também se dedica a estudar a estratificação social. Destaca-se, contudo, que parte significativa das teorias de estratificação social contemporâneas foi influenciada pela leitura funcionalista que Parsons fez da teoria weberiana.

Para o funcionalismo, a sociedade é um sistema complexo cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade. Estudar a função de uma prática ou instituição social é analisar sua contribuição para a continuação da sociedade.

O funcionalismo foi, durante o século XX, uma das principais correntes da sociologia, tendo os EUA como o país onde tal pensamento melhor se apresentou. Desta abordagem, é possível destacar as contribuições de Merton e Parsons. Dentre outras coisas, Parsons (1970; 1974) procurou analisar e entender o processo de mudança social associado à estrutura ocupacional e à estratificação social de modo geral. Baseado em uma perspectiva funcionalista, Parsons buscou analisar transformações nos sistemas de estratificação social, em decorrência dos processos de modernização. Para o autor, este sistema caminha para estruturas mais permeáveis, com menores graus de cristalização, maior mobilidade circular e menores níveis de transmissão intergeracional do status. Neste processo, Parsons destaca que

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE O ORGANIZAÇÕES MODERNAS: CRITICANDO A MERITOCRACIA

a mobilidade e estratificação sociais passam a ser mais influenciadas por variáveis ligadas a aspectos de status adquirido (em especial, a educação), e menos influenciadas por variáveis relacionadas à origem socioeconômica do indivíduo. Para o autor, os sistemas educacionais se expandem em resposta aos requerimentos funcionais da sociedade industrial e a educação tem um papel importante e crescente no processo de alocação de *status* (LENSKI, 1966; TREIMAN, 1970). À medida que o nível dos requerimentos educacionais cresce com o desenvolvimento socioeconômico, qualificações educacionais se tornam mais importantes para alocação ocupacional, e para o processo de estratificação social como um todo. Tal abordagem funcionalista percebe a escolaridade como representando um meio eficiente e racional de distinguir e selecionar pessoas talentosas, no qual o mais hábil e mais motivado alcança as mais altas posições.

A hipótese meritocrática, proposta pelo paradigma funcionalista não prediz menos desigualdade no processo de alocação de *status*, mas antes uma racionalidade para tal processo. De acordo com Blau e Duncan (1967), este processo deve ser visto como o *status* corrente do indivíduo sendo determinado por um alcance educacional cada vez mais alto e a experiência no mercado de trabalho, usualmente medido pela posição no primeiro emprego, do que herdado pela influência de seus pais. A igualdade de oportunidades na escolarização dos indivíduos representa um papel importante nesse mecanismo. Nesta visão, a educação funciona como o principal veículo que distribui, para os indivíduos, ganhos sociais trazidos pelo desenvolvimento socioeconômico. O processo de mobilidade social não seria mais baseado em características atribuídas e sim em características adquiridas pelo indivíduo. Essa visão foi empiricamente demonstrada em vários estudos - Blau e Duncan (1967), Hauser e Featherman (1976), Kuo e Hauser (1995), Holsinger (1975).

É possível afirmar que Parsons e seus seguidores fizeram uma leitura incompleta da teoria weberiana acerca da estratificação social. Os funcionalistas ressaltaram o papel do conhecimento técnico, tendo elegido para ponto de partida algumas observações e conclusões de Weber, como, por exemplo, quando ele afirma que “a razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização” (WEBER, 1971, p.249). Para autores funcionalistas como Levy (1966), portanto, as organizações burocráticas (e o conhecimento técnico) seriam absolutamente essenciais para a existência da sociedade moderna, porém por razões diversas das apresentadas pelos autores weberianos críticos. Os funcionalistas sustentam, desta forma, que a organização burocrática acompanha a moderna democracia de massas, por se tratar de

um modelo interessado na acessibilidade universal aos cargos, privilegiando assim o esforço próprio e o mérito. Neste sentido, a educação formal possibilitaria a redução de diferenças sociais na sociedade moderna, uma vez que esta também se apresenta como meritocrática.

De fato, Weber (1971, pp.277-278) defendia que “a burocratização de todo o domínio promove, de forma muito intensa, o desenvolvimento de uma ‘objetividade racional’ e do tipo de personalidade do perito profissional”, e ainda que, “a burocratização do capitalismo, com sua exigência de técnicos, funcionários, preparados com especialização, etc., generalizou o sistema de exames por todo mundo”. Apesar do destaque dado por Weber à educação na sociedade capitalista, este, em momento algum de sua obra, teria atribuído o caráter funcional às credenciais educacionais, no processo de ocupação das posições na sociedade moderna. Weber, em sua análise sobre estratificação social, buscou contemplar não apenas a dimensão econômica. O autor reconheceu que as pessoas e grupos sociais também se diferenciam entre si em função do status, prestígio e outros fatores adscritos, tais como etnia, sexo, etc. Além disso, para o autor, as divisões de classe originam-se não apenas no controle ou na falta de controle dos meios de produção, mas em diferenças econômicas que não possuem relação direta com a propriedade. Tais recursos incluem as aptidões e as credenciais educacionais, que influenciam no tipo de emprego que as pessoas são capazes de conseguir. Neste momento, o autor não atribui o caráter funcional à educação, como fazem os funcionalistas. Trata a educação como mais um recurso econômico, que possibilita os indivíduos alcançarem, por meio de sua posse, posições distintas na estrutura social.

## **5 A HIPÓTESE MERITOCRÁTICA**

Tal hipótese, fundamentada na abordagem funcionalista, foi desenvolvida pela chamada teoria sociológica da modernização (PARSONS, 1970; LEVY, 1967). Tal teoria foi aplicada ao entendimento do processo de mudança social associado à estrutura ocupacional e à estratificação social de modo geral. Com o desenvolvimento do estudo da estrutura ocupacional iniciado por Blau e Duncan (1967), alguns estudiosos iniciaram a formulação de uma abordagem que entendesse ou explicasse o processo de modernização, aplicada à pesquisa dos processos sociais relativos à estrutura ocupacional. Treiman (1970) formulou as hipóteses centrais desta perspectiva teórica, que teve uma aplicação ao caso brasileiro levada a cabo por Holsinger (1975). A hipótese geral apresentada é a de que, com o processo de industrialização e urbanização experimentados com a modernização das sociedades capitalistas, passa-se de uma estrutura social dominada pela atuação de atributos herdados da família (*ascription*) para uma outra definida a partir das próprias realizações dos indivíduos

(*achievement*). Desta forma, estes teóricos acreditam que os fenômenos sócio-econômicos (industrialização e urbanização) associados à “modernização” das sociedades capitalistas geram uma profunda transformação dos processos de estratificação social, em especial aqueles ligados a determinação das oportunidades ocupacionais, bem como a outros aspectos do mercado de trabalho, tais como os salários dos indivíduos. Em outras palavras, de acordo com esta abordagem teórica, deve-se esperar que com a “modernização” das sociedades, as variáveis de *background* familiar (*ascription*) – ou outras associadas a características natas de significado social, tais como raça e gênero – passem por uma redução da sua importância no processo de estratificação social, ao passo que variáveis associadas a conquistas (*achievement*) individuais (em particular, a escolaridade) tornem-se mais relevantes. Portanto, sociedades “modernas” são sociedades “meritocráticas”.

Convém destacar, na hipótese meritocrática, sua fundamentação teórica a respeito da estrutura ocupacional, calcada na teoria da divisão do trabalho de Durkheim (1999).

Durkheim entendia que a sociedade predominaria sobre o indivíduo, uma vez que ela é que imporia a ele o conjunto de normas de conduta social. O autor buscou analisar o advento da modernidade, principalmente em sua obra “Divisão do Trabalho Social”. Nela, o autor discute o percurso de passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, característica do advento da modernidade. Para Durkheim, tal percurso seria o motor de transformação histórica de toda e qualquer espécie de sociedade. Para o autor, a solidariedade social e moral é o que segura a sociedade unida e a mantém afastada do caos. A solidariedade é mantida quando os indivíduos são integrados com sucesso em grupos sociais e regulados por uma gama de valores e costumes compartilhados. O autor apresentou uma análise da mudança social, argumentando que o advento da era industrial significava o surgimento de um novo tipo de solidariedade.

A seu ver, a divisão do trabalho concebida pela formação da estrutura de produção industrial capitalista levava ao exercício de uma nova forma de solidariedade entre os homens, impelindo-os a uma interdependência e não aos conflitos sociais. O primado da especialização, necessária ao desempenho das novas funções no mundo do trabalho, estabelecidas pela lógica da organização industrial, levaria os indivíduos a essa nova forma de solidariedade, conferindo-lhes maior autonomia pessoal e emancipando-os da tutela dos antigos costumes vigentes nas formas anteriores de organização produtiva. Essa nova interdependência funcional é que os afastaria dos choques sociais.

Em sua compreensão, o que ele denominou de solidariedade mecânica imperou na história de todas as sociedades anteriores ao advento da Revolução Industrial e do capitalismo. Tais sociedades eram marcadas por uma baixa divisão do trabalho. Visto que a maioria dos membros da sociedade está envolvida em ocupações similares, eles estão ligados pela experiência comum e por crenças compartilhadas. Nestas sociedades, os códigos de identificação social dos indivíduos eram diretos e se davam por meio de *laços familiares, religiosos, de tradição e costumes*, sendo completamente autônomos em relação ao problema da divisão social do trabalho, que não interferiria nos mecanismos de constituição da solidariedade. Nesse caso, a consciência coletiva exerceria todo o seu poder de coerção sobre os indivíduos, uma vez que aqueles laços os envolviam em uma teia de relações próximas que acentuavam o controle social direto por parte da comunidade.

As forças da *industrialização e urbanização*, contudo, levaram a uma divisão crescente do trabalho que contribuiu para o colapso da solidariedade mecânica. A especialização de tarefas e a crescente diferenciação social em sociedades avançadas levariam a uma nova ordem, evidenciando uma solidariedade orgânica. Peculiar da sociedade capitalista moderna, em função direta da divisão acelerada do trabalho, que nessa sociedade exerceria influência decisiva em todos os setores da organização social, a industrialização e a urbanização levariam os indivíduos a se tornarem interdependentes entre si, garantindo a constituição de novas formas de unidade social no lugar dos antigos costumes, das tradições ou das relações sociais estreitas, que caracterizavam a vida pré-moderna. Relações de reciprocidade econômica e de dependência mútua vêm para substituir crenças comuns ao criarem consenso social. Nesta transição, os antigos laços diretos da consciência coletiva se afrouxariam, *conferindo aos indivíduos maior autonomia pessoal*, cedendo espaço aos mecanismos de controle social indiretos, definidos por códigos de conduta consagrados na forma da lei.

Dito de outra maneira, e relacionando tal debate com a hipótese meritocrática, tem-se que o advento da modernidade teria levado a uma redução do efeito (na estrutura social, e em particular, no processo de estratificação social) de variáveis relacionadas à origem socioeconômica (elementos da solidariedade mecânica), e à elevação de variáveis relacionadas às realizações individuais (solidariedade orgânica).

## 7 CRÍTICAS À HIPÓTESE MERITOCRÁTICA – ABORDAGENS TEÓRICAS

Convém lembrar que a chamada tese da meritocracia apresentada pelos funcionalistas tem sido fortemente questionada por autores de diferentes correntes de pensamento. Rossi (1980, pp. 70-71), por exemplo, resume de forma bastante crítica a tese da meritocracia:

A promessa de mobilidade social oferecida às classes dominadas como resultado da vitória na ‘livre competição meritocrática’ baseia-se na educação formalmente democrática proposta pelos ‘liberais’. (...) A ‘igualdade de oportunidades’ é ponto importante da ideologia capitalista, pois garantiria aos mais capazes, aos mais esforçados, (...) o acesso às melhores posições. A educação tornaria permeáveis as classes sociais de modo que, quem não ‘subisse’, ou não se teria esforçado o suficiente, ou teria sido menos capaz.

Não há um consenso em relação a esta visão funcionalista. Há também outras visões que dizem que mesmo universalizando o sistema educacional a influência dos atributos relacionados à família e à classe social não diminuirá. “É necessário que se demonstre que os fundamentos da meritocracia não resistem a uma simples análise que leve em conta as condições concretas em que se desenvolve a competição” (ROSSI, 1980, pp.71-72).

Oportuno agora destacar o entendimento sobre a meritocracia apresentado por Barbosa (2003). A autora, nesta obra, discute, do ponto de vista cultural, a idéia do desempenho, uma categoria central à sociedade e organizações modernas. Barbosa busca contextualizar a idéia do desempenho dentro do sistema de valores a que pertencem e que se constitui, segundo a autora, num dos principais sistemas de hierarquização social das sociedades modernas: a meritocracia. Barbosa (2003, p.22) define meritocracia, no nível ideológico, “como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”. Destaca-se também as duas interpretações sobre o conceito apresentadas pela autora. A primeira ressalta a dimensão negativa, que concebe a meritocracia como um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo e que valoriza e avalia as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais. Nesta sua dimensão negativa, a meritocracia não atribui importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo por uma posição. Esta interpretação refere-se à hipótese funcionalista, ao enfatizar o esforço individual e diminuir a importância da origem social nas realizações dos indivíduos. Percebe-se que a autora atribui conotação negativa a

esta interpretação. Pode-se supor que esta não acredita na ausência de influência das variáveis sociais no processo de estratificação social, contrapondo o argumento funcionalista.

Por outro lado, a autora faz questão de ressaltar a interpretação positiva quanto à meritocracia: “quando afirmamos que o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, ou seja, o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um, estamos falando da meritocracia em sua dimensão afirmativa” (BARBOSA, 2003, p.24). Aqui destaca-se que a meritocracia reveste-se de um caráter igualitário, que permite o livre e equitativo acesso às posições na sociedade. O problema, segundo Barbosa, reside na ausência de consenso acerca de como avaliar o mérito dos indivíduos. Para a autora, existem múltiplas interpretações acerca de como avaliar o desempenho, do que realmente entra no seu cômputo, do que sejam talento e esforço, de quais são as origens das desigualdades naturais, da relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho, da existência de igualdade de oportunidades para todos, da possibilidade concreta de mensuração individual etc. A educação, neste sentido, não pode ser vista como o instrumento que vá garantir acesso igualitário às posições sociais.

Outros autores também têm questionado o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais, destacando que a expansão da educação tem servido para perpetuar e mesmo para promover a desigualdade social. Por exemplo, para aqueles que representam a perspectiva da reprodução social, a expansão da educação é o canal principal por onde o desenvolvimento capitalista perpetua o antagonismo de classe, através da seleção e treinamento de indivíduos para representar papéis ocupacionais que meramente refletem as posições sociais de suas famílias. Assim, educação é vista como um instrumento de dominação social (BOWLES e GINTES, 1976; EDWARDS, 1979). Ao invés de aumentar o “universalismo” no processo de alocação de *status*, como previsto pela perspectiva parsoniana, a expansão educacional seria caminho “pelo qual características individuais transmitidas (*ascriptive forces*) encontram caminho para se expressarem como realizações adquiridas (*achievement*)” (HALSEY, 1977, p.1984). Educação também pode ser entendida como o caminho pelo qual o capital cultural é transmitido (BOURDIEU, 1973) e age como um veículo poderoso de reprodução social (COLLINS, 1971, 1979).

Os teóricos da reprodução social vêem o modelo de expansão educacional como um processo que serve para excluir membros das classes sociais inferiores de posições ocupacionais desejadas. Seleção e alocação no mercado de trabalho baseado nas credenciais são usadas para manter os privilégios dos grupos sociais dominantes (BOWLES e GINTIS,

1976; COLLINS, 1971, 1979). Realização educacional, então, é parte de um processo maior de legitimação de estrutura de classes.

É importante dividir a crítica acima em dois grupos: neomarxistas e neoweberianos. Nas abordagens apresentadas por autores de origem marxista (BOWLES e GINTIS, 1976; BOURDIEU, 1973), destaca-se o efeito classe. Tal abordagem vê a aquisição de educação como algo dirigido pelas demandas econômicas, do capitalismo, e não como algo dependente de demandas por habilidade e produtividade. Educação serve para reforçar a autoridade capitalista, disciplinar a classe trabalhadora, criar atitudes adequadas nos trabalhadores e bloquear movimentos anticapitalistas. A função da educação seria a de manter a estrutura de classe, reproduzindo as vantagens da classe dominante e as desvantagens da subordinada.

Os proponentes da teoria do capital cultural (BOURDIEU, 1973; BOURDIEU e PASSERON, 1977), argumentam que crianças de famílias com um baixo nível de capital cultural estão mais propensas a não possuírem meios culturais, tais como valores sociais dominantes, hábitos, maneiras, preparo com línguas, que podem ajudá-las a adquirir elevado alcance educacional. Para essa perspectiva, capital cultural é o principal mecanismo para reprodução social nas sociedades modernas. Capital cultural são bens transmitidos por ações pedagógicas dentro da família e está relacionado a todos os investimentos culturais por parte da família fora do sistema educacional formal.

Tal teoria foi apresentada como um contraponto à visão funcionalista da teoria sociológica da modernização. Segundo seus teóricos, o processo de expansão do acesso à educação, causado pela “modernização”, não leva a uma maior equalização de oportunidades, uma vez que as famílias vindas de estratos sociais superiores continuam garantindo vantagens para seus descendentes através da transmissão do capital cultural.

Para Bourdieu (1973), estudantes com maior estoque de capital cultural - oriundos de famílias com habilidades e preferências da cultura dominante - são mais capazes de decodificar as “regras do jogo” implícitas e estão mais bem preparados para a adaptação e desenvolvimento de habilidades culturais e preferências recompensadas nas escolas.

Collins (1971; 1979) também questiona o papel da educação na sociedade moderna, discordando da crítica marxista feita aos funcionalistas, e apresentando outra, de inspiração weberiana. Para Collins, as críticas marxistas sobre o assunto são explicações acerca dos mecanismos de estratificação educacional. No entendimento do autor, tais explicações são incompletas, pois não respondem a algumas questões, por exemplo: Se a educação leva a estratificação, como isso ocorre? Tratam-se de habilidades técnicas ou capital cultural?

Collins argumenta que as explicações críticas (marxistas) em relação ao papel da educação na sociedade moderna não derrubam a interpretação tecnocrática da educação. Para o autor, apenas uma pequena parcela do aumento da educação da força de trabalho americana durante o século XX pode ser atribuída a mudanças na estrutura ocupacional. Destaca também onde as habilidades vocacionais são aprendidas (na experiência profissional e não na escola); examina o que os estudantes absorvem em sala de aula e quanto tempo eles recordam deste aprendizado; examinam a relação entre notas e sucesso profissional. Em resumo, para o autor, a expansão da educação e a conseqüente busca por credenciais são resultados da competição entre grupos sociais por status e prestígio, ao invés das crescentes necessidades da sociedade por mais treinamento.

Há ainda uma outra visão que trata as credenciais educacionais como elemento político. A visão política do credencialismo acredita que as credenciais educacionais são demandas não em função de uma maior exigência de qualificação e sim porque estas justificam a autoridade da gerência no modelo burocrático. Bottomore (1978, p.94) apresenta a análise feita por Weber entre burocracia e democratização:

a burocracia, no sentido de uma administração racional e impessoal, baseada na competência técnica e em diplomas educacionais, caminha ao lado da democratização e do nivelamento das diferenças sociais, com o resultado de que as classes sociais deixam de ter grande importância política.

O autor mostra-se descrente quanto a esta ausência dos aspectos políticos na burocracia. Para ele, as credenciais e o aspecto meritocrático das organizações modernas em vez de ser um caminho para a democratização, são, na verdade, uma maneira de manutenção de tais diferenças. As credenciais educacionais seriam a fonte de poder burocrático e o acesso a elas seria praticamente restrito.

Dahrendorf (1982) apresenta entendimento semelhante ao de Bottomore (1978). O autor afirma que os papéis burocráticos são papéis de dominação política. O monopólio de autoridade na burocracia está baseado no conhecimento especializado. Deste modo, as credenciais, para esta visão, são utilizadas como instrumentos que justificam e garantem tal autoridade.

Oportuno ainda destacar os estudos recentes de Bowles e Gintis (2000). Os autores têm buscado mostrar que a educação afeta a renda (e, portanto, também a estratificação social) de outro modo que não apenas pelo aumento das habilidades. Os autores mostram que a educação desenvolve “*individual traits*” (respostas comportamentais) que contribuem para o disciplinamento dos trabalhadores e, portanto são valiosas para os empregadores, dada a

assimetria de informações entre as partes. Tal visão em muito se aproxima da apresentada por Thurow (1977), apesar de este não ser citado por Bowles e Gintis (2000).

Thurow (1977), ao apresentar suas noções de modelo de competição de trabalho (*job competition model*) e fila de trabalho (*labor queue*) também destaca a função da educação como credencial. O autor argumenta que quando os empregadores decidem contratar funcionários, utilizam a educação como um indicador de seleção entre os candidatos, excluindo os menos capazes (*screening hypothesis*). Thurow (1977) acredita que as qualificações necessárias para o desempenho de uma função são adquiridas no próprio local de trabalho. A educação é utilizada como um indicativo da “treinabilidade” do candidato. É mais barato utilizar o certificado educacional como parâmetro para tal treinabilidade do que testar, através de uma série de avaliações, todos os candidatos. As credenciais, neste sentido, podem ser vistas como barreiras, que restringem o acesso ao mercado de trabalho.

Thurow (1977) também destaca a existência das filas: de trabalhadores e do trabalho em si (*labor queue*). O *matching processes* ocorre por meio da combinação das duas filas: os trabalhadores ficam posicionados com base em seus custos de treinamento (treinabilidade), assim sendo selecionados para ocuparem os cargos. Como há assimetria de informação no mercado de trabalho, e como o custo de se observar a “treinabilidade” de todos os possíveis candidatos é alta, os empregadores utilizam as características do *background* do indivíduo que possam estimar o custo do treinamento. Destas características, a principal é a educação (vista como uma forma de treinamento). Outro ponto relevante deste modelo de competição por cargos reside no fato dele dar conta da posição relativa dos trabalhadores em relação às características do *background*. Para os economistas neoclássicos, investimentos em capital humano asseguram maiores retornos no mercado de trabalho. Para Thurow (1977), tais retornos estão condicionados a posição relativa do trabalhador na fila, ou seja, dependem das características de *background* dos outros indivíduos na fila, além de depender das características do cargo, como já destacado.

Tal visão derruba a hipótese meritocrática, uma vez que características atribuídas (*ascription*) continuam a ser utilizadas no processo de seleção. O caso brasileiro mostra que a estrutura ocupacional não acompanhou a ampliação educacional dos trabalhadores ocorrida nos últimos anos – não foram criados cargos suficientes que demandassem uma maior escolaridade. Tal ampliação do nível educacional também não garantiu os retornos esperados, pois ocorreu para a fila de trabalhadores como um todo. A educação tem se tornado uma necessidade defensiva. Assim, outras características de *background*, de ordem mais subjetiva,

como a raça, estão sendo utilizadas para a seleção de trabalhadores no *matching processes*. O argumento de que com a modernização das sociedades, características ligadas à origem social teriam seu efeito reduzido no processo de estratificação social cai por terra. A preferência por brancos pode refletir as preferências subjetivas do empregador, ainda mais no atual contexto de redução das diferenças objetivas, basicamente em função da ampliação e equalização do nível educacional entre os candidatos.

Rubinson e Browne (1994) destacam ainda uma outra função da educação na sociedade capitalista, diferente da apresentada na hipótese meritocrática. Trata-se da educação como uma instituição. Os autores mostram que, com base nesta concepção teórica, é possível analisar a educação como algo (instituição) que cria as crenças necessárias para a legitimidade da tradição ocidental de racionalidade e individualismo. A educação “cria” novos cidadãos para uma nova sociedade e “cria” também uma estrutura meritocrática. As escolas, neste sentido, são organizações rituais que criam um conjunto de crenças dadas como certas (*taken for granted*) acerca do poder da educação. A educação é vista como uma instituição, pois legitima as estruturas econômicas e políticas. Neste sentido, a educação não pode ser vista como resultado do esforço individual, o que contrapõe o papel da educação, previsto pela hipótese meritocrática.

Apesar de existirem vários estudos no Brasil que utilizam a abordagem institucional para a análise de fenômenos organizacionais, conforme ressaltado por Vieira e Carvalho (2003), o estudo da educação, com base na teoria institucional é pouco frequente no país. Diversos estudos internacionais, com base no artigo de Meyer (1977), têm estudado a educação como uma instituição, buscando desvendar os efeitos da economia na expansão educacional. Estes estudos partem da observação de que, desde o século XIX, a educação formal tem sido considerada uma necessidade funcional, um imperativo social para os indivíduos e para o desenvolvimento nacional. O papel equalizador que a educação tem recebido na sociedade moderna, se insere na ideologia meritocrática, reforçada nas escolas, pois se acredita que estas são capazes de ensinar habilidades, aumentar o crescimento econômico, dar suporte ao sistema de classes e legitimar o Estado. Educação, nesta abordagem, pode ser considerada como um mecanismo organizacional que constrói indivíduos cidadãos (educação como agente de socialização) e determina seu lugar legitimado na estrutura social. Parte destas críticas foram ressaltadas em outras abordagens aqui já citadas. Contudo, em nenhuma delas a educação é considerada (explicitamente) como uma instituição, que legitima as estruturas econômicas e políticas.

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE O ORGANIZAÇÕES MODERNAS: CRITICANDO A MERITOCRACIA

Ainda é possível destacar mais uma perspectiva teórica que pode demonstrar a fraqueza da hipótese meritocrática. Trata-se da teoria do capital social. Tal conceito, bem como sua aplicação, apresentam-se como uma das mais difundidas linhas de análise no contexto atual das ciências sociais. Elementos como rede de relacionamentos e confiança são tópicos que estão na agenda do dia para pesquisadores em diversas áreas.

Destaca-se, entretanto, que a difusão em torno do tema vem ocorrendo por meio de duas correntes teóricas: uma que vê o capital social como algo pertencente a uma comunidade ou sociedade e outra que analisa esse tipo de capital como algo próprio de um indivíduo. A primeira corrente tende a enfatizar a confiança, enquanto a segunda destaca as redes de relacionamento como elementos do capital social.

Os principais representantes da primeira visão são Robert Putnam, principalmente com seu conhecido estudo sobre comunidade e democracia na Itália (PUTNAM, 2000) e James Coleman. Para Putnam (2000), que utiliza o conceito de Coleman, capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam coordenação e cooperação para benefícios mútuos.

Segundo esses autores, capital social é algo que não pode ser internalizado pelo indivíduo, ou seja, é algo que existe na sociedade. Esta é uma visão ingênua sobre o assunto, pois é sabido que os indivíduos “acumulam” capital social e o utilizam em seu benefício.

A segunda visão sobre o tema, que acredita que capital social é algo de propriedade individual, tem como principais representantes Bourdieu, Granovetter e Portes. Para Bourdieu (1980), capital social é definido como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Nesta visão, capital social é algo que pertence ao indivíduo e por ele pode ser utilizado de modo a produzir benefícios, inclusive de ordem econômica (maiores salários, acesso a emprego e a melhores cargos nas empresas, etc). Esta corrente ressalta que cada indivíduo possui um estoque de capital social e o utiliza para seu benefício. Segundo Bourdieu (1980), o volume do capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

É possível identificar o estudo de Granovetter (1995 [1974]) como sendo o primeiro a analisar a influência das redes de relacionamento, no processo de obtenção de status (*status attainment*). Neste estudo, o autor analisou o modo como 282 homens em Newton, Massachusetts (EUA) conseguiram seus empregos. Os dados sugerem que aqueles que usaram seus canais interpessoais – rede de relacionamento – obtiveram melhores trabalhos. Tal pesquisa comprovou a relevância do capital social como determinante da empregabilidade. Com base nestes resultados e subsidiado pela revisão de estudos sobre busca de empregos, Granovetter apresentou uma teoria sobre redes e fluxo de informação (GRANOVETTER, 1973). A hipótese da força dos laços fracos indica que laços mais fracos (indiretos) entre as pessoas tendem a formar pontes que ligam os indivíduos a outros círculos sociais, e, por conseguinte, a informações lá presentes (entre elas, aquelas sobre oportunidades de emprego), informações estas não disponíveis no próprio círculo do indivíduo (formado por laços fortes).

Outros trabalhos têm destacando esta relação – capital social e empregabilidade (PODOLNY e BARON, 1997; FERNANDEZ e WEINBERG, 1997; DE GRAAF e FLAP, 1998; FERNANDEZ, CASTILLA e MOORE, 2000; PETERSEN, SAPORTA e SEIDEL, 2000; MAMAN, 2000; HELAL, NEVES e FERNANDES, 2004; HELAL, 2005). De modo geral, esses estudos exploram o papel da rede de relacionamentos de um indivíduo no acesso ao emprego e no processo de mobilidade ocupacional, em diversos países.

Petersen, Saporta e Seidel (2000), por exemplo, pesquisaram os impactos do sexo, raça e redes sociais no processo seletivo de uma média organização de alta tecnologia nos EUA. Em seus resultados concluíram que, para o gênero, o processo é inteiramente meritocrático. Já para as minorias étnicas, o processo seletivo se mostrou em parte meritocrático e em parte dependente de redes sociais. Os autores acreditam que as minorias étnicas têm desvantagens no processo de seleção, pois carecem de acesso ou utilizam, de forma menos eficiente, as redes de relacionamento, que são relevantes para o acesso ao emprego.

Tal conclusão enriquece bastante o debate teórico da sociologia econômica sobre a natureza “inserida” (*embedded*) do processo econômico, como bem destaca Granovetter (1985). Sobre esse assunto, destaca-se também a visão de Polanyi (1980). O autor analisa a crise econômica e política dos anos 1930-1945, reposicionando o lugar da economia na sociedade. Para o autor, o período pós-1930 representa “o grande retorno”: a economia não pode ser estudada em um vácuo social, como faziam os liberais econômicos. Deve ser estudada como algo inserido (*embedded*) em um contexto social.

É oportuno destacar que nos estudos de Granovetter sobre o uso e a importância das redes de relacionamento na obtenção de empregos, bem como o sobre a força dos laços

fracos, o autor (1995, p.148) nunca sugeriu que a utilização dos laços fracos (em comparação aos laços fortes) poderia resultar na obtenção de empregos de status mais elevados. Tal resultado pode ser observado, por exemplo, no estudo de Lin, Dayton e Greenwald (1978). Neste, os autores destacam que a força dos laços fracos reside no seu acesso a posições sociais mais elevadas na hierarquia social, que tem a vantagem de facilitar a ação instrumental.

Lin e outros (LIN, ENSEL e VAUGHN, 1981; LIN, VAUGHN e ENSEL, 1981) analisaram de modo mais preciso a relação entre capital social e *status attainment*. Estes estudos usaram dados de uma amostra representativa em Albany, NY, de mais de 400 homens empregados, que confirmaram que o capital social exerceu efeitos no status obtido antes e depois de controlar os efeitos do status e educação dos pais. Os estudos confirmaram também que o capital social foi afetado positivamente pelo status do pai e negativamente pela força dos laços entre o indivíduo e seu contato. Estes resultados comprovam fortemente a importância do capital social no processo de estratificação, confirmando que não se trata de um processo inteiramente meritocrático, uma vez que elementos do contexto social, como o capital social, exercem significativa influência.

## 8 CONCLUSÕES

Este artigo buscou apresentar uma reflexão teórica sobre o papel da educação formal na sociedade e organizações modernas. Ao se apresentar como meritocrática, a sociedade moderna concebe a educação como um instrumento capaz de equalizar as oportunidades sociais. Críticas a esta concepção foram aqui apresentadas. Convém lembrar que as organizações têm compartilhado com a abordagem funcionalista esta compreensão acerca do papel da educação. É freqüente o discurso nas organizações que estimula os funcionários a investirem em educação formal, uma vez que, por meio dela, o empregado pode ocupar cargos mais elevados, obter salários maiores. Ao se definir como meritocrática, a organização moderna deseja mostrar uma igualdade de oportunidades, e enfatizar uma ideologia – a meritocracia - que privilegia o esforço individual. Práticas discriminatórias, neste sentido, seriam incomuns nas organizações. Oficialmente, as dificuldades de acesso às oportunidades ocupacionais sofridas por grupos minoritários (negros, mulheres...) seriam atribuídas a estes próprios em função de não possuírem os critérios objetivos (educação formal) necessários ao cargo. É sabido que a realidade organizacional tem freqüentemente discriminado tais grupos minoritários, mesmo quando apresentam o mesmo nível educacional dos favorecidos (brancos). Obviamente as práticas discriminatórias nas organizações são camufladas por

discursos (empregabilidade e competência), e pela própria ideologia meritocrática, que transfere a responsabilidade da obtenção de emprego e ocupações do social para o indivíduo.

Por meio da apresentação das críticas à abordagem funcionalista sobre o papel da educação na sociedade moderna, este artigo pretendeu compreender de que modo as organizações têm valorizado a educação formal, além de discutir as implicações de tal ato.

Todas estas críticas à hipótese meritocrática aqui apresentadas destacam a importância de elementos ligados à origem do indivíduo e ao contexto social no processo de estratificação social e ocupacional. Tal conclusão vem a enriquecer sobremaneira o debate teórico presente na sociologia econômica e em alguns estudos organizacionais sobre a natureza inserida (*embedded nature*) do processo econômico e da organização como um todo.

O artigo ressalta a necessidade de pesquisas que estudem a real relevância da questão educacional e o papel das credenciais nas sociedades e organizações, bem como o papel dos elementos ligados ao contexto social no qual se inserem os indivíduos e organizações. Até que ponto as organizações são meritocráticas? Quais aspectos são relevantes em um processo de seleção para um emprego, por exemplo? Questões como estas merecem ser estudadas e testadas empiricamente, com maior rigor e frequência por parte dos pesquisadores. Neste debate, sugere-se a utilização da abordagem institucional como instrumento capaz de desvendar os mecanismos utilizados pelas organizações e pelo sistema educacional na transmissão e reforço da ideologia meritocrática. Conceber a educação como agente de socialização, desvendando os meios institucionais para tal, pode ser a maneira pela qual se conhecerá a fundo o processo de legitimação das estruturas econômicas e políticas em nossa sociedade, além de possibilitar uma efetiva intervenção nas transformações possivelmente percebidas.

As críticas aqui levantadas têm ressaltado o fato de que outros elementos, que não apenas aqueles ligados ao esforço próprio e ao mérito (em especial, a educação) são relevantes nas organizações.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BLAU, Peter.; DUNCAN, Otis. **The American Occupational Structure**. New York: Wiley. 1967.

- BOTTOMORE, Tom. **As Classes na Sociedade Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.
- BOURDIEU, Pierre. “Cultural Reproduction and Social Reproduction.” In: Brown, R. (ed.). **Knowledge, Education and Cultural Change**. London: Tavistock, 1973.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, J. **Reproduction in Education, Society and Culture**. London: SAGE Publications, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social – notes provisoires. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, Paris, n.31, Jan.1980, p.2-3.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, H. **Schooling in Capitalist America**. New York Basic Books. 1976.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, H. “Does schooling raise earnings by making people smarter?”. In: K. Arrow; S. Bowles; S. Durlauf (orgs.). **Meritocracy and Economic Equality**. Princeton-NJ: Princeton University Press, 2000.
- CLEGG, S. **As Organizações Modernas**. Lisboa: Celta, 1998.
- COLEMAN, J. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v.94, supplement, p.S95-S120, 1988.
- COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- COLLINS, Randall. “Functional and Conflict Theory of Educational Stratification”. **American Sociological Review**, 36, pp.1002-1019, 1971.
- COLLINS, Randall. **The Credential Society**. New York: Academic Press. 1979.
- DE GRAAF, Nan Dirk; FLAP, Hendrik D. ‘With a Little Help From My Friends’: Social Resources as an Explanation of Occupational Status and Income in West Germany, The Netherlands, and the United States. **Social Forces**, v.67, n.02, Dec., 1988.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EDWARDS, R. **Contested Terrain: The Transformations of the Workplace in the Twentieth Century**. New York: Basic Books. 1979.
- FERNANDEZ, Roberto M.; WEINBERG, Nancy. Sifting and Sorting: Personal Contacts and Hiring in a Rentail Bank. **American Sociological Review**, v.62, p.883-902, Dec., 1997.
- FERNANDEZ, R.M.; CASTILLA, E. J.; MOORE, P. Social Capital at Work. **American Journal of Sociology**, v.105, n.05, p.1288-1356, Mar., 2000.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. 78: 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.03, p.481-510, nov., 1985.

GRANOVETTER, Mark. **Getting a job**. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HALSEY, A. H. "Towards Meritocracy? The Case of Britain." In: J. Karabel; A. H. Halsey (eds.). **Power and Ideology in Education**. New York: Oxford University Press, 1977.

HAUSER, R.; FEATHERMAN, D. "Equality of Schooling: Trends and Perspectives: **Sociology of Education**. 49: 99-120. 1976.

HELAL, Diogo; NEVES, Jorge; FERNANDES, Danielle. Empregabilidade gerencial no Brasil: um estudo longitudinal. XXVIII EnANPAD - GRT. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

HELAL, Diogo. Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências. **Monografias premiadas – Prêmio IPEA/CAIXA – 2005**. (Brasília-DF). Disponível em , acesso em: 16/04/2006.

HOLSINGER, D. "Education and The Occupational Attainment Process in Brazil". **Comparative Education Review**, 19: 267-275. 1975.

KUO, H. and HAUSER, R. "Trends in Family Effects on the Foundation of Blacks and White Brothers". **Sociology of Education**, V.68, n.2, April, 136-60. 1995.

LENSKI, G. **Power and Privilege**. New York, McGraw-Hill, 1966.

LEVY, Marion. **Modernization and the Structure of Societies**. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1966.

LEVY, Marion. "Social Patterns (Structures) and Problems of Modernization". In: W. Moore e R. Cook (orgs.), **Readings on Social Change**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

LIN, Nan.; DAYTON, P.; GREENWALD, P. Analyzing the instrumental use of relations in the context of social structure. **Sociological Methods and Research**, 7, pp.149-166, 1978.

LIN, Nan.; ENSEL, W.; VAUGHN, J. Social resources and strength of ties: structural factors in occupational status attainment. **American Sociological Review**, 46, n.4, 393-405, Aug., 1981.

LIN, Nan.; VAUGHN, J.; ENSEL, W. Social resources and occupational status attainment. **Social Forces**, v.59, n.4, pp.1163-1181, 1981.

MAMAN, Daniel. Who Accumulates Directorships of Big Business Firms in Israel? **Human Relations**, v.53, n.05, p.603-629, 2000.

MEYER, J. The effects of education as an institution. **American Journal of Sociology**, 83: 340-363, 1977.

PARSONS, Talcott. Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revised. In: E. Laumann (ed.). **Social Stratification**. New York: Bobbs-Merril, 1970.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE O ORGANIZAÇÕES MODERNAS:  
CRITICANDO A MERITOCRACIA

PARSONS, Talcott. **O Sistema das Sociedades Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PETERSEN, Trond; SAPORTA, Ishak; SEIDEL, Marc-David L. Offering a Job: Meritocracy and Social Networks. **American Journal of Sociology**, v.106, n. 03, nov./2000, p.763-816.

PODOLNY, J.; BARON, J. Resources and relationships: social networks and mobility in the workplace. **American Sociological Review**, v.62, p.673-693, oct., 1997.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTES, A. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, V.24, p.01-24, 1998.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação**: Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista. 2. ed., São Paulo: Moraes, 1980.

RUBINSON, R.; BROWNE, I. Education and the economy. In: SMELSER, N. e SWEBERG, R.(orgs.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

THUROW, Lester. Education and economic equality. In: J. Karabel; A.Halsey (orgs.). **Power and Ideology in Education**. New York: Oxford University Press, 1977.

TREIMAN, Donald. "Industrialization and Social Stratification". In: E. Laumann (ed.). **Social Stratification: Research and Theory for the 1970's**. New York: Bobbs-Merrill, 1970.

VIEIRA, Marcelo.; CARVALHO, Cristina. Sobre organizações, instituições e poder. In: M. Vieira e C. Carvalho (orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro:Ed FGV, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.